

Exmo Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio do Planalto

Praça dos Três Poderes

Brasília - DF, CEP 70150-900

Brasil

Email: gabinetepessoal@presidencia.gov.br

Exmo. Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Escrevo-lhe para expressar a minha profunda preocupação em relação ao projeto de lei conhecido como “Lei Geral do Licenciamento Ambiental”, também referido pela sociedade civil como “**PL da Devastação**”, aprovado pela Câmara dos Deputados em 17 de julho de 2025 e atualmente sob a sua apreciação.

Gostaria de começar por reconhecer o seu percurso e compromisso com a justiça social, os direitos dos trabalhadores e a defesa dos mais vulneráveis. A sua trajetória, desde os movimentos sindicais até à presidência, inspira milhões de pessoas em todo o mundo. É precisamente por esse legado que muitos, no Brasil e fora dele, têm esperança de que Vossa Excelência fará a escolha certa neste momento crítico.

Este projeto de lei enfraquece gravemente o quadro legal do licenciamento ambiental no Brasil, ao permitir a aprovação automática da maioria dos projetos através da chamada “Licença por Adesão e Compromisso”, baseada unicamente em autodeclarações, sem qualquer avaliação prévia de impacto ambiental ou de direitos humanos. Além disso, isenta setores inteiros, como o agronegócio e a pecuária, de licenciamento, e cria uma “licença ambiental especial” para acelerar projetos considerados estratégicos pelo governo, sem uma análise ambiental completa. Estas alterações representam riscos sérios e irreversíveis ao direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável e, se implementadas, irão acelerar a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e as alterações climáticas.

O projeto também limita a participação de instituições responsáveis pela proteção dos direitos dos povos indígenas à aprovação apenas de projetos localizados em terras demarcadas, ignorando os muitos territórios que ainda aguardam reconhecimento formal. Isto compromete os direitos coletivos dos Povos Indígenas e das comunidades Quilombolas às suas terras, territórios e recursos. Importa ainda destacar que este projeto foi aprovado sem uma consulta pública significativa, o que pode representar uma violação dos direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça.

Face à gravidade dos impactos e à responsabilidade constitucional que Vossa Excelência assume, solicitamos com urgência o **veto integral ao “PL da Devastação”**, em defesa da vida e dos direitos humanos, incluindo o direito a um ambiente saudável. Reforçamos que a aprovação deste projeto contraria os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos e ambiente, especialmente no contexto da sua presidência da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2025 (COP30).

O mundo observa com atenção e esperança. Um verdadeiro líder climático, com raízes na justiça social, não permitirá que esta ameaça aos direitos humanos e à justiça climática avance.

Com os melhores cumprimentos,

[Assinatura/nome]